

# Quanto vale a água consumida pela agricultura?

Eliseu Alves<sup>1</sup>

O que dá valor a um bem ou a um insumo é sua escassez. O preço de um bem é dado pelo consumo geral. Quando um insumo é abundante, como o ar, no sentido que de supera a demanda interna e não pode ser exportado nem armazenado, o excedente vale zero, pois não existe ninguém para comprá-lo. Quando pode ser estocado, a estratégia é retirá-lo do mercado. O mercado de bens perecíveis enfrenta esse problema, com um agravante, pois dispor da sobra custa caro. Uma das técnicas usadas é entregar a sobra aos transportadores, sem nenhum custo, e eles saem das capitais e vão vendê-la em outras praças, a um preço que cobre o custo de transporte, matando a produção local, não ligada aos grandes mercados.

A água não é exceção. A técnica é armazená-la em grandes represas. Seria muito bom ter um programa de pequenas represas para armazená-la e transferir sua abundância para a época de escassez. Se há abundância de água numa dada região e ela escoar para algumas grandes represas – como é o caso do rio Grande, que nasce em Minas Gerais –, e a água das represas é usada para gerar eletricidade e para o consumo urbano, então a água pode se tornar escassa no local onde ela é abundante. Qual é o seu preço? É o mesmo que as hidroelétricas pagam quando captam a água para gerar eletricidade. Ou, então, o que pagam as empresas que abastecem os consumidores urbanos, quando captam a água. Como não se paga nada no momento da captação, o preço da água para a agricultura é

zero, nesse caso. E se as represas estiverem vertendo água além da quota mínima? Aí não existe escassez, e, portanto, nada a pagar.

No exemplo, há alternativas de uso para a água e, assim, nasce o custo de oportunidade. Obviamente, é mais lucrativo vender para quem paga mais. Para um bem tão importante como a água, saber quem paga mais é muito complicado. Digamos que a agricultura pague menos. Perderia a competição contra as alternativas, possivelmente com sérias consequências para o abastecimento interno e para as exportações. A água para consumo humano é prioritária e, por isso, surgiram as proibições recentes para seu uso na irrigação. Como consequência, pode haver redução da produção, e, num extremo, fome. Como avaliar isso? O mercado fornece apenas parâmetros, mas a decisão final lhe escapa, por essas e outras razões, para a sociedade e, por fim, para o governo. Da mesma forma, a cobrança de tarifa na captação é competência do governo, que pode se valer de leilões especialmente planejados, o que raramente é praticado.

É costume o argumento de que as hidroelétricas devolvem a água para o rio, e, sendo assim, nada têm a pagar. Se a jusante das represas houver consumo humano, e se a produção de eletricidade reduzir a água para consumo humano, caracteriza-se a escassez. Ainda há o fato de que as represas evaporam muita água que não forma nuvens, necessariamente nas regiões que interessam.

<sup>1</sup> Assessor do presidente da Embrapa, pesquisador da Embrapa. E-mail: eliseu.alves@embrapa.br

Quando inexitem as represas, havendo abundância de água, seu preço para quem for captá-la é zero. Existe um celebrado teorema da teoria econômica que diz que quando a quantidade disponível de um insumo excede seu uso, então seu preço é zero. O teorema apenas capta, e muito bem, o significado da escassez. Por que pagar pelo excedente de um bem que superou o consumo? Quem tiver recursos pode comprar a sobra, desde que o bem não seja perecível, e vender no próximo ano. Isso é o que se chama corretamente de especulação. Aí, o conceito de sobra é mal usado. Deve-se incluir a demanda dos especuladores para medir corretamente a sobra.

Frequenta a imprensa notícias de que a agricultura consome 70% da água usada pelo homem. Quanto do ar ela consome? Ninguém fala disso, exatamente porque o preço do ar é zero. Antes de glorificar esse tipo de estatística, deveria ser salientado que, na maioria das situações, a agricultura não está competindo com suas alternativas e que, nesses casos, consome um bem cujo preço é zero. Ouço falar que o Brasil é grande exportador de água por ser grande exportador de produtos da agricultura. Ninguém se lembrou de perguntar: quanto vale a água exportada? Na mesma linha de raciocínio, critica-se a agricultura irrigada, dizendo que ela compete com a geração de energia, o que só parcialmente, e em algumas situações, é verdade. Cabe perguntar, se fosse o caso: é mais importante produzir comida ou energia?

Há políticas para lidar com escassez de água que imitam o mercado, como cobrar tarifas mais elevadas dos que consomem acima de um certo padrão e multas para o consumo exagerado. De modo geral, quando a escassez é crítica, usa-se o racionamento. Por ele, os mais pobres são os mais prejudicados. Também restrições, como proibir o uso de água para irrigação, frequentam as agendas dos governantes, embora sejam ineficientes. Se a escassez de água persistir, é melhor cobrar tarifa na hora da captação. É a forma mais eficiente de racionamento. Qual é o grande problema dessa política? Normalizada a chuva, o governo continuará cobrar a tarifa. Por isso, essa opção é rejeitada.

A argumentação mantém fixa a tecnologia. Há muitas inovações que têm enorme poder de economizar água na agricultura, como o plantio direto, pequenas represas e cultivares que consomem menos água. Foi descoberto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, no café, um gene que aumenta a tolerância à seca, e já se sabe como transferi-lo para outras plantas. Existem equipamentos de irrigação muito eficientes que consomem muito menos água que os hoje em uso. Os irrigantes precisam de financiamento para comprá-los. O que faz a tecnologia? Libertar o homem dos grilhões do mercado e da natureza. O que dá valor a um bem ou a um insumo é sua escassez. O preço de um bem é dado pelo consumo geral.